

**EDcl no AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.470.063 - SP
(2019/0076485-5)**

RELATORA : MINISTRA NANCY ANDRIGHI
EMBARGANTE : OI MOVEL S.A. - EM RECUPERACAO JUDICIAL
ADVOGADOS : ADRIANA ASTUTO PEREIRA - RJ080696
PEDRO AUGUSTO TEIXEIRA SALARINI E OUTRO(S) -
RJ166628
PLINIO CESAR CAMARGO BACELLAR DE MELLO - SP356522
EMBARGADO : LUIS ANGELO DA SILVA
ADVOGADOS : JOSÉ ELEUTERIO DE SOUZA - SP068844
DIOGENES ELEUTERIO DE SOUZA - SP148496
INTERES. : SSTOWERS PARTICIPACOES S. A
ADVOGADOS : SILVIA REGINA BARBUY MELCHIOR - SP111240
RAFAEL MICHELETTI DE SOUZA E OUTRO(S) - SP186496

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. VÍCIOS. INEXISTÊNCIA.

1. Devem ser rejeitados os embargos de declaração quando inexiste qualquer vício a ser sanado no julgado embargado.
2. Embargos de declaração no agravo em recurso especial rejeitados.

DECISÃO

Cuida-se de embargos de declaração opostos por OI MÓVEL S/A - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL, em face de decisão que conheceu do agravo e, com fundamento no art. 932, IV, "a", do CPC/15, bem como da Súmula 568/STJ, conheceu parcialmente do recurso especial e, nessa extensão, negou-lhe provimento, nos termos da seguinte ementa:

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE RESCISÃO CONTRATUAL CUMULADA COM INDENIZAÇÃO POR PERDAS E DANOS. MATÉRIAS DE ORDEM PÚBLICA. QUESTÃO DECIDIDA. PRECLUSÃO *PRO JUDICATO*. OCORRÊNCIA. FUNDAMENTO DO ACÓRDÃO NÃO IMPUGNADO. SÚMULA 283/STF. REEXAME DE FATOS E PROVAS E/OU INTERPRETAÇÃO DE CLÁUSULAS CONTRATUAIS. INADMISSIBILIDADE.

1. Ação de rescisão contratual cumulada com indenização por perdas e danos.
2. Mesmo as matérias de ordem pública estão sujeitas à preclusão *pro judicato*, razão pela qual não podem ser revisitadas se já tiverem sido objeto de anterior manifestação jurisdicional. Precedentes.
3. Na hipótese concreta, houve anterior pronunciamento acerca da

legitimidade passiva da agravante para a causa, motivo pelo qual o Tribunal de origem não estava autorizado a reexaminar a questão.

4. A existência de fundamento do acórdão recorrido não impugnado – quando suficiente para a manutenção de suas conclusões – impede a apreciação do recurso especial.

5. O reexame de fatos e provas e a interpretação de cláusulas contratuais em recurso especial são inadmissíveis.

6. Agravo conhecido. Recurso especial conhecido em parte e não provido.

Entende a embargante que a decisão proferida em sede de Agravo em Recurso Especial é omissa, porquanto não teria enfrentado a alegação de violação do art. 333, I, do CPC/73 (atual art. 373, I, do CPC/15), sustentando que o argumento sobre o qual paira a omissão é suficiente em si para conduzir a conclusão diversa e, mais precisamente, ao provimento do recurso especial.

É O RELATÓRIO.

Nos termos do art. 1.022 do CPC/15, é cabível o recurso de embargos de declaração nas hipóteses em que haja, no julgado impugnado, obscuridade, contradição, omissão ou erro material.

A embargante alega que "ficou demonstrado nos itens 29/39 do recurso especial e nos itens 31/43 do agravo em recurso especial, que o contrato de cessão firmado entre Oi e SiteSharing - cuja validade e eficácia foram confirmadas pelo acórdão recorrido e não são mais objeto de controvérsia neste autos - estabelecia, em cláusula II.15.1, que após a cessão a cedente/locatária - no caso, a OI - ficaria isenta de qualquer responsabilidade ou obrigação decorrente do contrato, "salvo aquelas originadas de fatos ocorridos anteriormente à cessão". (e-STJ fl. 646)

A insurgência da embargante não tem como prosperar, porquanto além de não existir nenhum dos vícios elencados no art. 1.022 do CPC/15, ou seja, a ausência da aludida omissão pontual no que tange ao não enfrentamento da alegação de infringência ao art. 333, I, do CPC/73 (atual art. 373, I, do CPC/15), a embargante somente repisa os argumentos apresentados nas razões do Recurso Especial e do Agravo em Recurso Especial.

É de se observar que na decisão unipessoal (e-STJ fl. 638/642) restou claro o entendimento desta relatora quanto ao tema, sobretudo quanto a incidência dos óbices sumulares 5 e 7 desta Corte no caso dos autos.

Peço vênia para a transcrição do ponto específico da decisão ora embargada:

- Do reexame de fatos e provas e da interpretação de cláusulas contratuais

Alterar o decidido no acórdão impugnado, no que se refere a "responsabilidade de cada apelante pelos danos configurados, conforme Cláusula II.15.1 às fls. 14 (e-STJ fl. 547), exige o reexame de fatos e provas e a interpretação de cláusulas contratuais, o que é vedado em recurso especial pelas Súmulas 5 e 7, ambas do STJ.

Portanto, ao contrário do que afirmado pela embargante, restou clara a análise da questão na decisão embargada e dessa maneira os fundamentos apresentados nos aclaratórios revelam apenas inconformidade e o nítido desejo de atribuir a eles efeitos infringentes, de abrangência incompatível com a natureza desse recurso.

Conclui-se, portanto, que o presente recurso não reúne os pressupostos específicos para o seu acolhimento.

Forte em tais razões, REJEITO os embargos de declaração no agravo em recurso especial.

Publique-se. Intime-se.

Brasília (DF), 28 de novembro de 2019.

MINISTRA NANCY ANDRIGHI
Relatora